

# ENTRE A RETÓRICA E A PRÁTICA: MIGRAÇÃO SELETIVA E AGENDA 2030 EM SÃO PAULO (BRASIL). CONTRASTES ENTRE O DISCURSO INSTITUCIONAL E A VIVÊNCIA DAS PESSOAS REFUGIADAS NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”

## BETWEEN RHETORIC AND PRACTICE: SELECTIVE MIGRATION AND AGENDA 2030 IN SÃO PAULO (BRAZIL). CONTRASTS BETWEEN INSTITUTIONAL DISCOURSE AND THE EXPERIENCES OF REFUGEES FROM THE PERSPECTIVE OF THE PRINCIPLE “NOTHING ABOUT US, WITHOUT US”

Karl-Albert Diniz-de-Souza<sup>1</sup>[0000-0002-1611-3312]  
Paulo Daniel Elias Farahr<sup>2</sup>[0000-0002-8515-621X]

<sup>1</sup>Universidade Federal do ABC (UFABC)

<sup>2</sup>Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil África/USP.  
karl.albert@usp.br, paulof@usp.br

**Resumo.** Este artigo analisa a discrepância entre o discurso institucional e as práticas excludentes das políticas migratórias no município de São Paulo, à luz da Agenda 2030 e do princípio “Nada sobre nós, sem nós”. Apoiado na teoria da migração seletiva (CASTLES; MILLER, 2010), o estudo examina a seletividade das políticas locais, evidenciando a priorização de determinados perfis migratórios em detrimento de outros. A análise crítica do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo – 2021 (PMI) é articulada com a experiência da liderança feminina refugiada, permitindo refletir sobre os limites da governança migratória local. Propõe-se uma abordagem participativa, que reconheça os sujeitos migrantes como coprodutores de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Migração Internacional; Refugiados; Agenda 2030; Decolonialidade.

**Abstract.** This article analyses the discrepancy between institutional discourse and exclusionary practices of migration policies in the city of São Paulo, in light of the 2030 Agenda and the principle “Nothing about us, without us”. Based on the theory of selective migration (CASTLES; MILLER, 2010), the study examines the selectivity of local policies, highlighting the prioritization of certain migratory profiles over others. The critical analysis of the 1st Municipal Plan for Immigrant Policies of São Paulo (2021) is articulated with the experience of a female refugee leader, allowing us to reflect on the limits of local migration governance. A participatory approach is proposed, which recognizes migrant subjects as co-producers of public policies.

**Keywords:** International Migration; Refugees; Agenda 2030; Decoloniality.

## 1 Introdução

A pesquisa insere-se no campo das migrações internacionais e políticas públicas, com foco na cidade de São Paulo. A partir do marco ético-político do princípio “Nada sobre nós, sem nós”, e em diálogo com a Agenda 2030 da ONU, analisa-se como o discurso institucional de inclusão contrasta com práticas de exclusão cotidiana vivenciadas por pessoas refugiadas. O estudo adota uma perspectiva crítica e decolonial, discutindo os impactos da migração seletiva no contexto urbano brasileiro e os desafios para a construção de uma governança migratória efetivamente participativa, distinta da atual “Exclusão Participativa”, conduzida pelas autoridades locais.

## **2 Material e Métodos**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na análise de documentos institucionais e na investigação da experiência concreta de liderança migrante. O campo empírico concentra-se na atuação de Hortense Mbuyi Mwanza, mulher africana, preta, congoleza e refugiada, que presidiu o Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo (CMI), no período de 2021 a 2023. A sua trajetória política oferece subsídios para compreender os limites e as possibilidades da participação migrante na formulação de políticas públicas.

A análise documental incluiu o PMI e os registros das atividades do CMI, permitindo a identificação de diretrizes formais e suas implicações práticas. A investigação foi complementada por três técnicas metodológicas principais: observação participante (MANN, 1973), shadowing (CZARNIAWSKA, 2007) e pesquisa no cotidiano (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2019). A observação participante possibilitou o acompanhamento direto das interações institucionais e dos desafios enfrentados pelas lideranças migrantes no cotidiano da política local. O shadowing permitiu um acompanhamento sistemático da atuação de Hortense Mwanza, com foco nas dinâmicas informais, estratégias de articulação e micro decisões que escapam às análises formais. Já a pesquisa no cotidiano ofereceu uma perspectiva crítica, ética e reflexiva, valorizando a escuta, o diálogo e a construção compartilhada de significados.

A triangulação dessas técnicas resultou em uma análise sensível às formas de resistência, negociação e participação das pessoas refugiadas no espaço urbano e institucional. Por essa razão, adotou-se uma perspectiva crítica, mas também um compromisso ético com a representação fiel e respeitosa das experiências migrantes.

## **3 Migração seletiva e o discurso da inclusão (Mito do Brasil acolhedor de imigrantes)**

A teoria da migração seletiva (CASTLES; MILLER, 2010) evidencia que os Estados modernos tendem a filtrar e priorizar fluxos migratórios conforme interesses econômicos, culturais e políticos. No Brasil, embora o marco normativo seja progressista em comparação internacional, observa-se que a implementação das políticas migratórias locais favorece perfis específicos: homens jovens, não negros, cristãos e com vocação empresarial empreendedora.

Esse modelo reforça desigualdades históricas e institui um paradoxo entre a retórica de acolhimento e as práticas de exclusão. A Agenda 2030, frequentemente invocada nos discursos institucionais, perde efetividade quando descolada de compromissos reais com a equidade e a justiça social. Assim, o discurso de inclusão pode funcionar como dispositivo legitimador de políticas seletivas, não como ferramenta de transformação estrutural.

## **4 Governança migratória local e a Agenda 2030**

A cidade de São Paulo possui protagonismo na formulação de políticas públicas migratórias no Brasil, sendo o PMI um marco importante. No entanto, a eficácia dessas diretrizes esbarra em limitações estruturais, como a ausência de financiamento adequado, desarticulação intersetorial e a persistência de modelos de gestão centralizados e paternalistas. A participação de imigrantes nos espaços deliberativos ainda é simbólica. O CMI opera sem poder vinculativo, funcionando como instância consultiva com baixa influência real nas decisões políticas. Em relação aos diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a política migratória local desvincula-se especialmente ao ODS 10 (redução das desigualdades), ao ODS 11 (cidades sustentáveis e inclusivas) e ao ODS 16 (instituições eficazes, justas e inclusivas).

## 5 O princípio “Nada sobre nós, sem nós” e a experiência das pessoas refugiadas

O princípio “Nada sobre nós, sem nós”, inicialmente formulado no campo dos direitos das pessoas com deficiência, constitui uma diretriz ética fundamental na luta por participação e representação dos grupos historicamente marginalizados. No contexto migratório, este princípio demanda o reconhecimento dos sujeitos migrantes como agentes políticos plenos.

A experiência de Hortense Mwanza, enquanto liderança negra e refugiada no espaço institucional municipal, revela tanto os avanços simbólicos quanto os entraves concretos para a efetivação desse princípio. Durante seu mandato no Conselho Municipal de Imigrantes, enfrentou resistências institucionais, racismo estrutural e barreiras linguísticas e jurídicas que limitam a atuação autônoma de refugiadas na formulação de políticas públicas. Ainda assim, sua liderança representa uma ruptura com o paradigma tecnocrático dominante, abrindo caminho para práticas de governança mais democráticas e inclusivas.

## 6 Considerações finais

A análise evidencia que, em São Paulo, as políticas migratórias locais operam sob um modelo seletivo, em que o discurso de inclusão não se traduz, necessariamente, em práticas transformadoras. A instrumentalização da Agenda 2030 sem ações efetivas reforça desigualdades e compromete a construção de cidades sustentáveis e verdadeiramente inclusivas.

Para superar essa contradição é necessário o abandono de modelos tecnocráticos e o fortalecimento de práticas de escuta qualificada, participação real e protagonismo dos sujeitos migrantes. O princípio “Nada sobre nós, sem nós” deve ser incorporado não apenas como retórica, mas como diretriz prática e operacional para a construção de políticas públicas legitimadas, equitativas e participativas.

## Referências

1. ACHIUME, E. Tendayi. *Migration as decolonization*. Stanford Law Review, v. 71, n. 6, p. 1509–1574, 2019.
2. CARDONA, M.; CORDEIRO, R.; BRASILINO, J. *Pesquisa no cotidiano: observação e participação*. São Paulo: Editora XYZ, 2019.
3. CASTLES, S.; MILLER, M. J. *A era da migração: movimentos internacionais de população no mundo moderno*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2010.
4. CZARNIAWSKA, B. *Shadowing and Other Techniques for Doing Fieldwork in Modern Societies*. Malmö: Liber, 2007.
5. HOWLETT, M.; RAMESH, M. *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
6. MANN, P. H. *Métodos de investigação sociológica*. São Paulo: Zahar, 2 ed., 1973.
7. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes: 2021–2024*. São Paulo: SMDHC, 2021.
8. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030>. Acesso em: 3 jun. 2025.
9. SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
10. SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.